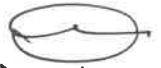


Acordo
por
maioridade

2023/02/27



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 5/2022

Sessão ordinária de 20 de dezembro de 2022



ATA N.º 5/2022

Aos vinte dias do mês de dezembro do ano dois mil e vinte e dois, pelas quinze horas, realizou-se a sessão ordinária da Assembleia Municipal, sob a presidência de Carlos Manuel Faia São Martinho Gomes e secretariada por Maria de Lurdes Liberato e M. Clotilde A. Barata.

Feita a chamada, verificou-se a falta dos membros Cristina Borges, Diogo Cerdeira, Luís Batista e Tiago Soares, que justificaram atempadamente a sua falta e foram substituídos, respetivamente, pelos membros Carlos Motaco, José Miguel Pinto, João Carlos Pereira e Rafaela Pires.

Não faltou nenhum elemento do executivo

Constatada a existência de quórum para funcionamento da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia em exercício declarou aberta a sessão, com a seguinte agenda:

Período de Antes da Ordem do Dia (PAOD)

- Aprovação da ata nº4 (30-09-2022);
- Intervenção dos Grupos Municipais e dos Membros Independentes para apresentação de moções e recomendações/Declarações Políticas.
- Votações.

Período da Ordem do Dia (POD)

1. **Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Câmara, ao abrigo da alínea c) do nº2 do artigo 25º do regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL);**
2. **Apreciação e votação da Proposta - “Aprovação dos Documentos Previsionais para o ano de 2023”, nos termos da alínea a) do nº1 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro;**
3. **Apreciação e votação da Proposta – “Aprovação das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para o ano 2023”, nos termos do disposto na alínea d) do nº1 do artº 25º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro;**



4. Apreciação e votação da **Proposta** - “**Aprovação da participação de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do concelho do Fundão**”, *nos termos do disposto na alínea c) do nº1 do artº 25 da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;*
5. Apreciação e votação da **Proposta** – “**Lançamento para o ano de 2022 da derrama de 1,5% sobre o lucro tributável e não isento de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC)**”, *nos termos do disposto na alínea d) do nº1 do artº 25º, da Lei nº 75/2013;*
6. Apreciação e votação da **Proposta** – “**Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) em 0,25% para aplicação em 2023**”, *nos termos do disposto na alínea b) do nº1 do artº 25º da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro;*
7. Apreciação e votação da **Proposta** – “**Desafetação do domínio público de uma parcela de terreno – Loteamento de Vale de Canas – Fundão**”, *nos termos do disposto na alínea q) do nº1 do artº 25 da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;*
8. Apreciação e votação da **Proposta** – “**Aprovação da adesão do Município do Fundão à APDA – Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas**” , *nos termos do disposto na alínea b) do nº1 do artº 25º da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro;*
9. Apreciação e votação da **Proposta** – “**Reconhecimento de Interesse Municipal da Empresa Beiratoools – Acessórios Industriais, Lda. e aprovação da redução de 50% do IMT**” *nos termos do disposto na alínea k) do nº2 do artº 25º da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro;*
10. Apreciação e votação da **Proposta** - “**Aprovação da contratação do Revisor Oficial de Contas**” *“nos termos do disposto no artigo 77º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro;*



11. Apreciação e votação da Proposta - Aprovação final do “Regulamento do Programa de Gestão das Colónias de Gatos do Município do Fundão” nos termos do disposto na alínea g) do nº1 do artº 25º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro

12. Apreciação e votação da Proposta - Aprovação Final do “Regulamento Interno do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social do Município do Fundão” nos termos do disposto na alínea g) do nº1 do artº 25º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Mesa – Cumprimentou todos os presentes começando por propor à consideração das senhoras e senhores membros da assembleia, a ata número 4/2022 que não foi alvo de qualquer consideração. Colocada a votação foi aprovada, por maioria com 41 votos a favor e 1 abstenção do membro Rosa Moreira por não ter estado presente na referida sessão. Continuando, informou que deram entrada na Mesa duas moções subscritas para por todos os grupos municipais, que iriam ser apresentadas no PAOD.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Susana Sequeira – Cumprimentou os presentes e apresentou uma Moção relativa à saúde no concelho, que se junta à presente ata como **Anexo 1**.

João Leitão - Cumprimentou os presentes e apresentou uma Moção relativa às Portagens, que se junta à presente ata como **Anexo 2**.

Marina Nascimento – Após os cumprimentos fez uma intervenção baseada num documento que se junta à presente ata como **Anexo 3**.

Guilherme Frexes - Cumprimentou os presentes e fez uma intervenção que se junta à presente ata como **Anexo 4**.

Miguel Covas - Após os cumprimentos fez uma intervenção baseada num documento que se junta à presente ata como **Anexo 5**.

Mariana Morgadinho – Cumprimentou todos os presentes e fez uma intervenção baseada num documento que se junta à presente ata como **Anexo 6**.

Cláudia Pereira - Cumprimentou todos os presentes e fez uma intervenção baseada num documento que se junta à presente ata como **Anexo 7**.



Pedro Mesquita - Após os cumprimentos apresentou um voto de pesar que se junta à presente ata como **Anexo 8**.

Malícia Trindade - Depois de cumprimentar todos disse que vinha aqui falar de uma situação que às vezes também é importante realçar, quer para o bem quer para o mal. No caso concreto, quis falar em relação a um evento que ocorreu muito recentemente no Fundão, a realização da primeira feira da inovação agrícola do Fundão, considerando a mesma como um sucesso pelo que queria dar os parabéns à Câmara Municipal não só porque correu muito bem e também por ser a primeira. Informou que teve oportunidade de poder colaborar, ajudar e ser parceiro como Junta de Freguesia nesta feira e, acha que estamos no bom caminho informando que sugeriu ainda no decorrer da Feira, ao Senhor Vereador Pedro Neto e também ao Senhor Presidente que a feira das freguesias pudesse ser englobada nesta mesma feira. Relativamente à intervenção da sua colega Cláudia Pereira, presidente de Junta de Silves, disse que concorda perfeitamente com uma série de situações que foram ditas, mas não podemos esquecer que neste ano estivemos todos a receber por duodécimos, quer as Juntas quer as Câmaras Municipais. Disse ainda que para a sua Junta de Freguesia não foi fácil, já que andou oito meses a contar os trocos para poder pagar salários. Perguntou, relativamente ao PRR onde é que ele anda, para poder verificar se também chegava até nós, coisa que infelizmente não chega, mas a verdade é que são milhões e milhões e nós não os vemos.

O Senhor Presidente da Mesa informou que de seguida iria colocar a votação as moções e voto de pesar:

- **Moção Saúde** – Aprovada por unanimidade

- **Moção Portagens** - Aprovada por unanimidade

- **Voto de pesar** – Aprovada por unanimidade

Período da Ordem do Dia (POD)

1. Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Câmara, ao abrigo da alínea c) do nº2 do artigo 25º do regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL);

Guilherme Freches – Disse sentir que já é a 5ª vez que traz este assunto á baila. A Câmara insiste na divisão entre trabalhadores, na distinção entre colaboradores. Desta vez temos - **Colaboradores:**” colaboradores das empresas que sejam consideradas de elevado interesse municipal” ou Trabalhadores: “Trabalhadores temporários: Nacionalidades – Bangladesh, Índia, Guiné-Bissau”. Afinal qual é a divisão que a Câmara usa? É um limiar salarial? A nacionalidade? O vínculo precário?



Presidente da Câmara - Após cumprimentar todos, desejou boas festas e um excelente 2023; tentaria responder a todas as questões; comentar uma ou outra moção e dar alguma informação complementar no âmbito da intervenção. Considerou a questão da saúde o problema mais importante com o qual nos deparamos no nosso concelho tendo em vista aquilo que é a natureza e o perfil da nossa população. Referiu ter estado em contacto com a presidente da ARS de Coimbra e perguntou porque é que ainda não foi aberto o aviso de contratação de médicos. Informou-o a Senhora Presidente da ARS que estava à espera a qualquer momento de 4 vagas para o concelho do Fundão. Foi manifestada total disponibilidade para o processo de apoio a jovens médicos, temos mecanismos, aprovados nesta Assembleia Municipal, nomeadamente na área de habitação e outras que são do conhecimento dos gestores. A segunda questão tem a ver com a autorização para um médico que faz trabalho na denominada corda do Zêzere, a partir de Silves, possa continuar a exercer a sua atividade. Depois de um acordo já enviado há sensivelmente um mês e uma semana para a ARS, não há respostas. A aprovação do acordo entre a ACES e o Centro Hospitalar não acontece. Uma questão colocada pelo membro Guilherme Freches, que tem a ver com a organização do Estado. Considerou absurdo que tal situação não seja tratada num contexto mais local. Quando perguntam ao Presidente do Município, pode dizer que o modelo atual não serve, porque não é harmonioso entre aquilo que são as competências para o nível local, com as competências desconcentradas também da administração Central e a maior autonomia na estrutura da administração central desconcentrada não funciona. No nível de coordenação regional da NUT2 há áreas mais difíceis e provavelmente com uma época de transição um pouco maior, por exemplo da Agricultura, nomeadamente na forma de se entroncarem nas CCDR's, ver-se-á o que diz a lei orgânica da CCDR vai sair, em Março. Isto poderá ser um caminho para aquilo que possa ser um processo de regionalização, esta forma de ir concentrando poder delegado na CCDR. Diria que é essencial que as CCDR possam ter esse papel de coordenação. Há uma nuance nova que o subscritor principal da moção evidenciou, as redes urbanas. Vai haver a possibilidade de criar redes urbanas que complementam aquilo que é a regeneração urbana contratualizada com as CIM's. As redes urbanas têm, no seu entender, uma das questões mais relevantes do nosso território, no arco da Beira Interior, este eixo prioritário de desenvolvimento, que temos aqui entre Castelo



Branco, Fundão, Covilhã e Guarda, uma das questões mais estruturais e mais importantes para a sustentabilidade de todo este território, ou seja, nesta linha da A23 cruzada com a A25. É uma oportunidade importante para que estas cidades também se entendam relativamente às redes urbanas dos diferentes níveis de cidade estruturantes que estão previstas no POT e mais do que uma NUT 3 aqui associada entre a CIM Beiras e Serra da Estrela e, aquilo que é a NUT 3, da Beira Baixa. As portagens devem desaparecer quanto mais depressa, melhor. Na moção, era importante ficar claro que a A23 e a A25 estarão todas dentro da NUT 3. Sobre a qualidade de serviços, nomeadamente da empresa Aquália, irá partilhar a recomendação. Sobre a questão das bocas-de-incêndio quis dar conta de que foi uma situação bastante grave que, felizmente, não terminou numa tragédia, no entanto foi um trabalho exemplar do ponto de vista da resposta por parte do sistema de proteção civil, bombeiros, GNR, porque, perante o alerta conseguiram mitigar as questões que podiam pôr em causa também a perda de vidas. Quanto à ideia de ter uma aplicação, vamos colocá-la às entidades e pode até ser interessante, porque pode tornar ainda mais imediata alguma leitura sobre aquilo que são as bocas-de-incêndio, mas a base existe e é digital. No que toca ao orçamento participativo referiu que apareceu um conjunto de propostas que não cumpriam os requisitos aprovados em termos de regulamento. Está previsto para 2023 o orçamento participativo e vamos esperar que possa correr melhor. Relativamente à questão dos migrantes e ao nosso centro, acha que estamos a ajudar o país a ter uma consciência maior sobre isso, para além de ser útil e de ser o nosso posicionamento enquanto concelho, estamos a ir bem mais longe e acha que a recente visita da senhora secretário de Estado das migrações, de certa forma o evidenciou, mas há muito que fazer. Continuando, referiu que não há colaboradores nem trabalhadores, somos todos trabalhadores ou todos, somos colaboradores. Um último ponto, relativamente ao PDM, no próximo dia 22, temos a reunião final de acompanhamento do PDM, e à partida na próxima quinta-feira, teremos o que é a aprovação final do PDM e depois a CCDR tem dez dias para nos enviar o parecer final, o que significa que na reunião de quinta-feira, lançaremos a discussão pública durante o mês de janeiro. Sobre a estrada 238, percebe todas as frustrações mais ainda com estas chuvas brutais, temos necessidade que os apoios que possam ser distribuídos ou colocados por causa das intempéries, têm que ter uma resposta nacional e muitos dos municípios estão a ter prejuízo muito complexos, por exemplo, nesta estrada, entre o Castelejo Lavacolhos, onde tivemos um desnível de 4 metros. No que toca a obras mais estruturantes, relativamente à estrada 238, o que pode



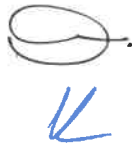
comprometer-se é que nas 2 soluções, uma delas apresentada pelo conjunto dos Presidentes de Junta da zona do Pinhal há cerca de 2 meses atrás, será avaliada a mais adequada, garantindo que não há recursos financeiros para fazer um projeto destes, se não for muitíssimo faseado ou tiver financiamento externo. Qualquer decisão a ser tomada só com os Senhores Presidentes da Junta .

2. Apreciação e votação da Proposta - “Aprovação dos Documentos Previsionais para o ano de 2023”, nos termos da alínea a) do nº1 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro

Presidente da Câmara - Relativamente ao orçamento previsional informou que em termos de receita e despesa temos um orçamento de cerca de 39 milhões, apontamos para um saldo a favor da receita na casa dos 344.000 euros, saldo positivo e, relativamente à forma como se distribui o orçamento, ele tem, sobretudo uma grande alteração, quer no aumento da receita corrente, quer no aumento das despesas correntes, dizendo que isto significa relativamente ao orçamento do ano passado, que era de cerca de 36 milhões, se nós tivéssemos colocado as questões da descentralização, nomeadamente na área da educação, significaria que já no ano passado não teríamos que apresentar um orçamento na casa dos 38 milhões ou até próximo dos 39 milhões, por isso, a grande diferença do ano passado para este ano é relativa à descentralização, nomeadamente na área da Educação, para 12 meses, porque este ano tivemos a educação durante 8 meses, a partir do mês de Abril mas no próximo ano será de 12 meses. Por outro lado temos também a questão da ação social durante 12 meses e a questão da Saúde, iremos ter uma reunião com a ARS para discutirmos novamente a questão do município ceder ou não a assinatura do auto de transferência na área da saúde. É preciso garantias que descentralizar neste caso, mesmo que seja só nas componentes menos técnicas, nomeadamente as questões mais administrativas ou, as questões sobre mobilidade para os nossos técnicos de saúde. Tudo isto tem que ser ponderado para que o município possa decidir com convicção suficiente e defender-mos o nosso interesse municipal nesse mesmo auto de transferência, por isso também não é surpresa que na questão das despesas de pessoal, foi onde o nosso orçamento mais aumentou, uma vez que ano passado foi de 7 milhões e neste 10 milhões, exatamente porque estão aqui cerca de 3 milhões de euros ligados à transferência de competências na área da educação, área da ação social e, quiçá, vamos ver também na área da saúde. Sobre as outras vertentes toda a gente sabe o contexto inflacionista que estamos a viver e por isso tivemos que aumentar muitos dos itens que têm a ver com algumas aquisições de bens e serviço, nomeadamente nos serviços básicos, resíduos Soubemos agora que dos serviços prestados pela empresa RESIESTRELA, a ERSAR aprovou para o próximo triénio um aumento de cerca de 30% na tarifa de depósito do que são os nossos resíduos sólidos urbanos. Continuando, disse que nas transferências correntes e de capital tivemos aqui um aumento de 10% relativamente às transferências de



competências para as Juntas de freguesia, porque, tal como estamos a exigir ao Estado que financie as competências que são transferidas para os municípios, aqui também solidariamente às Juntas de Freguesia, naquelas que o município transferiu para as Freguesias têm um aumento de 10%, porque se o atual ano foi caótico do ponto de vista do que foi este aumento explosivo de todos os custos e preços, infelizmente, no próximo ano, vamos viver com este aumento explosivo. Do ponto de vista do ponto social neste orçamento foram construídas novamente várias medidas de resposta e talvez a que estamos a colocar, que possa ter mais eficácia, para além dos cartões sociais simplificados a que vamos voltar, vamos também ter o programa de apoio entre a economia local e as famílias ou seja aquele programa que testámos e que depois continuámos com Covid, em que estávamos a apoiar o comércio local, mas no final do dia percebemos que, na prática, estávamos a apoiar muitas famílias, porque em compras continuadas significaria, eventualmente uma redução de 10% no custo, porque o voucher na prática era 10% sobre uma compra e quem fizesse compras sequenciais, tinha essa vantagem. Para esse novo programa, vamos focar-nos mais em produtos de primeira necessidade, alimentação e farmácia. Com este aumento brutal de custos, neste orçamento em termos de execução, nós mudámos o paradigma, em 2012, tínhamos um orçamento de 60 milhões e uma taxa de execução de 48%, nos últimos anos andamos com orçamentos entre os 30 e os 35 milhões, mas com taxas de execução superiores a 85%. A nossa previsão para o próximo ano é continuar a estar acima de 85% de execução do orçamento como limiar mínimo para aquilo que é uma taxa de execução adequado. Continuando, informou que estamos com 26% de custos de pessoal, aqui já com a incorporação do 150 ou 160 funcionários que vieram da delegação de competências e também do ponto de vista de serviço da dívida em que estão previstos 3 milhões e 200 mil euros, que equivale a 8,2%, quando o nosso limiar são 15%. Relativamente às questões do investimento, estamos com cerca de 10% relativamente ao valor da receita efetiva que propomos, o que equivale também a estarmos a cerca de 5% do limiar máximo que tínhamos definido em termos de investimento. Voltando à questão do pessoal, a descentralização de competências vale cerca de 3 milhões de euros, no orçamento deste ano executado de pessoal, gastamos cerca de 9,7 milhões de euros, sem a delegação e competências e nesse sentido, nós estamos aqui a aumentar o orçamento atual em 5,1 milhões em que a delegação de competências tem o valor maior, depois temos as questões normais, os aumentos da função pública, colocámos 100 euros como valor mínimo em todos os nossos colaboradores, para poder jogar com o orçamento ao longo deste ano. Na parte do investimento, deu conta de uma comparação que fez dos últimos 9 anos, ou seja, de 2015 a 2017, executámos cerca de 11 milhões de euros, no triénio 2018 a 2020, 23 milhões e no triénio 2021 a 2023 estamos a propor-nos executar 35 milhões, ou seja, nós temos feito também um esforço cada vez maior na componente de investimento e, relativamente ao triénio 2015/2017 até este último, estamos a falar quase do triplo da execução de investimento que na altura tínhamos e esta foi uma das questões também relevantes quando aderimos ao programa FAM, que era termos maior capacidade de investimento prometido. Relativamente ao investimento realizado naquilo que é a parte da cidade e o conjunto das freguesias, teremos 2,800 milhões



na cidade e nas freguesias 2,400 milhões e a questão é qual a taxa de esforço que estamos a colocar nesta questão, porque nós temos grandes projetos na cidade que têm financiamentos de 85% a fundo perdido, infelizmente hoje na área da reabilitação urbana, muitas daquelas obras de pequena intervenção nas freguesias tinham financiamentos no passado, neste quadro comunitário que está a terminar não foi assim tão simples, foram poucos os investimentos que tiveram financiamento comunitário naquilo que é a requalificação urbana. A questão é quando vamos ao investimento líquido, ou seja, quando retiramos o valor dos cofinanciamentos, a cidade do Fundão tem no orçamento de 2021, o ano de 2022 não será muito diferente, um valor de 1,87 milhões de euros de esforço orçamental líquido, ou seja, retirados os financiamentos comunitários para a cidade e no caso das freguesias 1,737 milhões de euros de esforço do município, se a isto somarmos as transferências de capital de 2021, nós temos 1,142 milhões na cidade e 2,617 milhões em termos do que é o esforço de financiamento nas freguesias. Nas grandes opções do plano não há grandes surpresas, em que 45% das opções deste município estão ligadas à componente inovação, investimento e emprego, a nossa estratégia, o que aqui se alterou é que a área do equipamento social e desenvolvimento supera não por muito, a tendência para aquilo que é a área do ambiente e qualidade de vida, isso significa que temos também uma área de investimento muito forte, conectada com a agenda das migrações e conectada com a rede de equipamentos sociais e também de saúde que temos a executar no nosso concelho, estão muito próximas, mas têm, de facto, alguma diferença. Se formos para o plano plurianual que mostra as tendências para o futuro há aqui um valor na rubrica da inovação, investimento e emprego de 5,200 milhões para os próximos anos e aqui entra talvez uma das grandes novidades do ponto de vista de impacto orçamental no nosso orçamento, que é a política de habitação, nós já trouxemos a esta assembleia a nossa estratégia local de habitação que teve de forma geral aceitação quase unânime, estamos agora a passar para a execução e nas três menções que lá estão bem definidas são a de ter opções naquilo que é rendas acessíveis, precisamos de programas de política pública de rendas acessíveis e temos, de facto valores bem relevantes nos próximos anos para esse efeito, no âmbito do PRR. Também é a questão de habitação urgente, ou seja responder àquilo que são questões de natureza urgente até um ano, quer nas agendas das migrações, quer nas agendas de combate ao problema da violência doméstica, quer questões que obriguem de facto a uma resposta urgente, sendo que a questão das migrações aqui tem um impacto muito grande, com candidaturas aqui também muito fortes, quer no ano, quer na abordagem plurianual que está colocada, quer também situações que se prendem com o aumento geral da capacidade construtiva que ajude a diminuir o impacto do desequilíbrio entre oferta e procura que existe, que vai ter no documento do PDM a sua expressão, seguramente a maior. Assim, na questão da inovação, investimento e emprego a componente da habitação passa a ser o maior foco de investimento nos próximos anos, exatamente no capítulo também da inovação e investimento, porque é absolutamente chave para toda esta nossa estratégia de desenvolvimento. Informou que no plano de recuperação das vias municipais está um valor de 520.000 euros para o ano de 2023 sendo este um valor que mais ou menos mantemos em todos os anos, assumindo que quando fizemos este documento



ficou logo decidido se tivemos alguma folga orçamental é aqui que vamos ter de reforçar este valor. As questões da habitação, depois as questões de grandes obras que estão a acontecer, da eficiência energética e colocamos ainda o projeto de regadio do Sul da Gardunha, mesmo quando sabemos que há algumas questões associadas a este regadio. Na parte do plano plurianual também temos a reparação e beneficiação de habitações, passando de 15 milhões para 25 milhões, mas podemos estar a falar num investimento nos próximos 3/4 anos, que pode do ponto de vista da captação de recursos do PRR, muito próximo dos 50 milhões de euros, ou seja, estamos a falar do maior investimento, promovido pelo município na área da habitação. Estamos ainda a ampliação do parque industrial que começa a surgir em força, as questões da área social, migrações, saúde, a parte ambiental ou a rede em baixa que complementa os investimentos da rede em alta. Informou ainda que as Águas Portugal deram a garantia que vai acabar a intervenção na freguesia do Telhado, obra esta que colocou a estrada Fundão, Aldeia de Joanes, Telhado num estado lamentável e ainda que iriam também executar obras em Silvaes para resolver estruturalmente o problema e que isto ocorreria no término da obra no Telhado. Depois falaram também em resolver o problema do acesso da subida à central de compostagem que também está numa situação muito complexa. Sobre o endividamento, informou que chegamos a estar com 87 milhões de dívida, o valor do relatório do FAM a que tiveram todos acesso na avaliação do nosso orçamento aponta para 49,246 milhões, no final de 2023 o que significará que, com aplicação da fórmula que segundo o FAM poderíamos estar muito perto no final de 23 em cumprir o valor de 1,5 neste índice, o que é muito importante porque os municípios, quando estiverem abaixo do valor do 1,5 ou menos deixam de estar em excesso de endividamento, o que significa poder sair do programa, porque é este o valor mais importante a alcançar é este índice, sendo o qual em que nós mais nos comprometemos, em 2014 o índice estava em 4,4, hoje está em 1,9, houve e apontam para o ano 2023, poder estar em 1,59. De uma coisa não nos podemos queixar que é, não temos experiência a gerir crises, vamos ver se continuamos a estar à altura das conseguir mitigar para bem de todos, para bem dos nossos fundanenses e também do nosso Concelho.

Guilherme Freches – Fez uma intervenção baseada num documento que se junta à presente ata como **Anexo 9**

José Pina – Fez uma declaração que se encontra explicita na declaração de voto apresentada no final deste ponto da ordem de trabalhos, que se junta à presente ata como **Anexo 10**.

Rogério Hilário - Após os cumprimentos a todos os presentes disse que chegou um pouco mais tarde porque, juntamente com o membro Liliana Domingues, estiveram presentes numa sessão intermunicipal e mesmo assim não conseguiram votar todos os documentos porque tiveram de se ausentar para estar nesta assembleia, mas se fomos eleitos para estar lá, também fomos eleitos para estar aqui e acha que é aqui que devemos estar antes de tudo. Estamos aqui a falar de um documento previsional, o orçamento e plano de atividades e se há um desafio que não se tem colocado nos anos anteriores é sermos capazes de prever o quer que seja para o ano 2023. Disse que leu o orçamento com algum cuidado, fez algumas



contas, tem uma opinião sobre o plano de investimento e aquele que é plurianual, naturalmente, pode não ser do agrado de todos o que vai dizer, mas esta câmara tem efetivamente eixos que não pode deixar de contemplar aqui, por exemplo, a questão do emprego que é tentar ser atrativo para aqueles que querem investir no concelho e sem isso não há emprego. Também temos de ter uma política de alojamento para aqueles que cá estão e facilitar a sua instalação e isto está aqui refletido neste documento intencionalmente. Disse que para o ano 2023, fez um pequeno exercício de impacto e vejam só aquilo que uma inflação, considerando o que os economistas estão por aí a dizer, uma inflação próxima dos 8,3% pode fazer até ao final do ano 2023, para manter a despesa corrente há necessidade de fazer opções. Por outro lado, este orçamento tem uma coisa que não ouviu ninguém aqui falar, tem uma folga de 344.000 euros, ou seja, o total da receita é superior, provisionalmente ao total da despesa efetivamente comprometida. Quer desde já deixar aqui um cumprimento especial à Câmara Municipal pela forma como está a trabalhar com o centro de migrações. Um membro do Governo elogiou aquilo que o Fundão está a fazer enquanto tratamento dos fluxos migratórios e a aposta também está aqui, a captação de mão-de-obra, aquilo que é uma necessidade premente para a região, está vertida neste documento

João Leitão - Vai começar com um número de 10,3 milhões de euros de despesa com pessoal e pensa, salvo melhor opinião, trata-se de uma enorme responsabilidade, decorrente da descentralização das funções do Estado ou estará a ver mal? A sua segunda questão prende-se com o desenvolvimento sustentável, gostava de saber o que é que se prevê nesta proposta de orçamento de investimento para resguardar as pessoas face às alterações climáticas, seja num contexto urbano, seja no contexto rural e desde já lança um repto de alargar eventualmente a discussão ou a sua resposta àquilo que seja a futura discussão do PDM do concelho. A terceira questão gostava de saber se este orçamento prevê ou não qualquer tipo de programa de apoio e proteção dos consumidores finais e se estão previstos no curto prazo, qualquer tipo de medida de apoio para fazer face à referida evolução esperada das taxas de tratamento de resíduos, isto no curto prazo alongando essa questão também ao longo prazo, porque, provavelmente é necessário preparar o terreno a esse nível.

Presidente da Câmara – Referindo-se a uma questão aqui colocada pelos membros José Pina e Guilherme Freches que tem a ver com o investimento, voltou a apresentar um quadro que se prende com o que é a lógica de avaliação no médio prazo, a três anos, ou seja os triénios são efetivos demonstradores que nós nos últimos dois triénios para o atual, aumentámos para mais do triplo a componente do investimento e isso foi algo que fizemos em determinado momento de forma bastante deliberada, na maneira como construímos o tal plano de reestruturação financeira do FAM e aqui nesta assembleia referiu que um dos grandes objetivo em termos da reestruturação do FAM, para além de colocar o serviço da dívida num valor mais sustentável, tinha a ver com reforçar a capacidade de investimento líquido. Deem o benefício da dúvida a este executivo que tem, de facto, uma estratégia definida, que diz qual é, diz ao que vai, diz aquilo que pretende alcançar e coloca os instrumentos que tem ao seu dispor, o mais importante, o orçamento, ao serviço dessa

estratégia, criar valor em territórios de baixa densidade e criar fluxo positivo, nomeadamente também do capital humano, que é a questão mais importante que temos ao nosso dispor em termos de desenvolvimento de qualquer território no mundo. Nós estamos a colocar cerca de 50 milhões de euros, no espaço de 3 a 4 anos, ou seja, que, para além do que é o exercício deste mandato, seguramente, para aquilo que é a execução do maior plano de intervenção temático que alguma vez o município do Fundão desenvolveu na sua história. De certeza vamos ter um plano muito relevante, daí aquilo que executamos e decidimos neste momento e nos próximos meses vai condicionar o nosso futuro, não só na questão financeira, mas no conteúdo do que vamos fazer. Nós estamos a preparar um 20/30, aquilo que nós estamos a decidir agora até pela relevância que têm os financiamentos comunitários no nosso financiamento vai condicionar uma década, daí tão importante ser a participação e referir para onde é que estamos, de facto, a caminhar, porque esse caminho é plurianual. A questão do posto da GNR do Fundão surpreende, ainda esta semana pediu novamente uma reunião com urgência para falar com o senhor ministro da administração interna para ver se uma vez por todas, podemos definir aquilo que colocamos em orçamento para aquela intervenção, aqui também há componentes que se colocam naquilo que é a exigência do ano em que estamos, mas estão ali questões que são de diferente natureza e que nos vão dar indicações associadas ao programa 20/30. Perguntaram ainda o que é que está previsto para a questão da transição climática, temos um plano associado não só às questões de eficiência, às comunidades energéticas e afins, mas na gestão da água assinámos ainda há poucas semanas no âmbito da feira de inovação agrícola, um acordo que é dos mais importantes, para executar nos próximos anos, em todos os municípios a norte do Fundão, no âmbito da nossa da nossa CIM, até à Guarda. Perguntaram também porque é que a medicina nuclear, neste momento, passou para o investimento nos equipamentos, isto parcialmente, porque há um equipamento que nós já temos, mas neste caso a razão é porque eles são elegíveis do ponto de vista de financiamento comunitário relativamente aos equipamentos e nós se podemos comprar os mesmos equipamentos com uma taxa de financiamento de 85% a fundo perdido a partir do centro hospitalar. O valor de 10,3 milhões da descentralização aqui pesa muito, temos algum défice na descentralização, já o referimos várias vezes, a comissão de acompanhamento da Educação reuniu e tínhamos um défice, neste momento, de cerca de 400.000 euros, valor mencionado e aprovado em ata, remetemos para as entidades competentes essa informação, estamos à espera da versão final do Orçamento de Estado para ver o que é que houve de alteração relativamente àquilo que é o reforço das verbas de competência na descentralização da Educação. Relativamente à ação social melhoramos, dos 20.000 € euros que recebemos na proposta inicial, passaram para cerca de 300.000 euros no âmbito desta negociação, mas não é um valor que paga tudo o que investimos na ação social, porque nesta área já fazíamos muito mais do que a delegação de competência nos passou, já eram uma responsabilidade nossa, porque nós consideramos que na área social, a área do isolamento social, a área ligada à coesão social do território era a outra cara da moeda da competitividade, foi uma assunção que nós tivemos e somos coerentes com ela e o programa das migrações é talvez o exemplo até hoje a nível nacional que se coloca; trabalhar estas

questões é trabalhar valores fundamentais para que os nossos jovens no futuro estejam muito mais preparados para o que é este mundo global e intercultural onde vivemos. Preparar o Fundão para ser um pouco mais cosmopolita é talvez hoje a ambição maior que acha que qualquer dirigente deve ter e deve exercer no âmbito do que é uma visão de longo prazo. Um documento previsional é também um documento político, como é um orçamento municipal, tem de dar sinais e esse sinal é óbvio, trabalhamos a atração, trabalhamos a inovação, trabalhamos a coesão dentro do território e as folgas que tivermos, temos muito com que nos entreter, nomeadamente nas redes viárias, como já aqui hoje foi falado.

Não havendo mais intervenções foi o documento colocado a votação e aprovado por maioria com 31 votos a favor, 10 votos contra dos membros José Pina, Miguel Covas, Mariana Morgadinho, Rafaela Pires, João Carlos Pereira, Rosa Moreira, Marina Nascimento, Paula Milheiro, Pedro Mesquita e Carlos Motaco e 2 abstenções dos membros Guilherme Freches e Cláudia Pereira.

3. Apreciação e votação da Proposta – “Aprovação das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para o ano 2023”, nos termos do disposto na alínea d) do nº1 do artº 25º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro

Presidente da Câmara – Disse que ia abordar conjuntamente os próximos 4 pontos da ordem e trabalhos uma vez que eles têm a ver com o que podemos chamar a determinação de algumas taxas e impostos municipais e parece-lhe que faz todo o sentido até eventualmente o devia ter feito no âmbito do orçamento. Assim, na componente do IMI, nós temos a taxa máxima de IMI neste momento possível, pode chegar aos 0.50, nós estamos a propor 0.38, com algumas vicissitudes que gostava de chamar a atenção que são imóveis degradados, também prédios rústicos abandonados, recordando que uma das questões que está em orçamento é o plano de transformação de paisagem, nomeadamente da Gardunha e de algumas zonas do Pinhal tomadas como zonas prioritárias em termos de combate aos fogos florestais e nesse sentido, estamos a fazer um esforço, agradecendo às juntas de freguesia aqui presentes relativamente àquilo que é este cadastro simplificado, o famoso MUPI em que todos de forma geral estão a ajudar, mas ainda temos muito que fazer relativamente aos milhares de prédios rústicos para inserir no sistema e é também uma das coisas que nunca vai estar terminada, mas nalgumas zonas, nomeadamente na zona da Gardunha já se ultrapassou os 40%, o que permite trabalhar o plano defesa da floresta, o plano de transformação da paisagem e provavelmente o plano de gestão. Já agora também referir que, nesta questão ligada aos valores patrimoniais é também muito importante a sua atualização por uma questão de equidade. O município já foi muitas vezes criticado por causa dos 5% do IRS, repete ser completamente contra essa medida, porque considera, a ser feita, devia ser oriunda do orçamento de Estado e não do orçamento dos municípios, se é para fazer uma



diferenciação, retirar dinheiro aos municípios para algo que deve ser uma diferenciação nacional parece-lhe absurdo. Outro aspeto prende-se com a derrama, em que fazemos sempre aquilo que é a diferenciação, pelo princípio que o FAM permite a diferenciação económica quando há uma vantagem económica para o Fundão, que é a diferenciação dos municípios que têm sede do nosso concelho, o que passem para aqui a sede têm essa vantagem, sendo esta uma forma de captar novos investimentos para o concelho. Na taxa do subsolo ainda mantemos algumas questões, não nas telecomunicações, mas na taxa de subsolo, nomeadamente do gás, estava na altura para que aquele princípio da política nacional do gás, tal como existe na eletricidade, mas já não existe com a Água, possa, de facto, ser colocada, não faz sentido que os municípios do interior do país imputem em proporção mais taxa do que os municípios do litoral que têm mais gente e consequentemente mais clientes, isto é absurdo quando os investimentos do gás natural, como sabem, foram muitos deles pagos com os nossos impostos, por isso devia ser uma política nacional, devia haver uma tarifa nacional, neste caso, uma taxa nacional associada a esta área e, com a imputação, assim era muito mais distribuída de forma homogénea pelo território, porque aí os territórios de baixa densidade pagam proporcionalmente, sempre mais do que aqueles que são territórios de maior densidade nas áreas metropolitanas.

Presidente da Mesa – Como o senhor presidente da Câmara apresentou os 4 próximos pontos na última intervenção também os Senhores membros da assembleia poderão fazer as intervenções e as considerações que considerarem para os próximos 4 pontos.

Não houve qualquer intervenção.

Colocado este ponto a votação foi o mesmo aprovado por maioria com 26 votos a favor e 8 votos contra dos membros José Pina, Miguel Covas, Mariana Morgadinho, Rafaela Pires, João Carlos Pereira, Rosa Moreira, Marina Nascimento e Paula Milheiro.

O grupo do Partido Socialista apresentou uma declaração de voto que se junta à presente ata como **Anexo 11**.

4. Apreciação e votação da Proposta - “Aprovação da participação de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do concelho do Fundão”, nos termos do disposto na alínea c) do nº1 do artº 25 da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;

Não havendo intervenções foi o documento colocado a votação e aprovado por maioria com 26 votos a favor, 8 votos contra dos membros José Pina, Miguel Covas, Mariana Morgadinho, Rafaela Pires, João Carlos Pereira, Rosa Moreira, Marina Nascimento e Paula Milheiro.

O grupo do Partido Socialista apresentou uma declaração de voto que se junta à presente ata como **Anexo 12**.

5. Apreciação e votação da Proposta – “Lançamento para o ano de 2022 da derrama de 1,5% sobre o lucro tributável e não isento de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC)”, nos termos do disposto na alínea d) do nº1 do artº 25º, da Lei nº 75/2013

Não havendo intervenções foi o documento colocado a votação e aprovado por maioria com 26 votos a favor, 8 votos contra dos membros José Pina, Miguel Covas, Mariana Morgadinho, Rafaela Pires, João Carlos Pereira, Rosa Moreira, Marina Nascimento e Paula Milheiro.

O grupo do Partido Socialista apresentou uma declaração de voto que se junta à presente ata como **Anexo 13**.

6. Apreciação e votação da Proposta – “Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) em 0,25% para aplicação em 2023”, nos termos do disposto na alínea b) do nº1 do artº 25º da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro

Não havendo intervenções foi o documento colocado a votação e aprovado por unanimidade.

7. Apreciação e votação da Proposta – “Desafetação do domínio público de uma parcela de terreno – Loteamento de Vale de Canas – Fundão”, nos termos do disposto na alínea q) do nº1 do artº 25 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro

José Pina –Pedi para ver esclarecidas algumas questões, no documento há, uma carta que indica qual é o terreno que está a ser proposto para desafetação e nesse mapa aparece sublinhado a vermelho que diz que é possível arruamento, ficando evidente que dúvidas sobre qual é a data quem fez esse comentário, dito de outra forma, isto faz parte do processo inicial que foi feito em 2003 ou é um comentário feito apenas e agora para ser presente a esta casa, portanto, o porquê de aparecer aquele comentário, de ser possível um arruamento. Alguma dúvida merece, quer pelo comentário, quer pelo facto da oportunidade ser trazida à Assembleia Municipal, porque o que é que vai acontecer relativamente aos terrenos que

estão a Norte desta desafetação no futuro PDM, não sabe se agora é terreno agrícola e depois, eventualmente é urbanizável ou não. Desejou uma resposta para esta questão e, por isso, considera que é inoportuno trazer-se nesta altura, esta desafetação. Antes de vir para a Assembleia Municipal teve o cuidado de ir ver o que é a zona Verde e reparou que zona verde naquele local não existe nenhuma. De quem era a responsabilidade de construir ou fazer essa zona verde, do loteador, do município, há intenção de fazer, não há intenção de fazer? A Estas dúvidas que lhe parece serem pertinentes, solicita que o senhor Presidente da Câmara eventualmente tome a liberdade de passar para outra data este tipo de pedido de desafetação do domínio público ou então que esclareça devidamente para poder com a sua bancada, tomar uma decisão e uma postura ou uma posição em conformidade e em consciência.

Pedro Mesquita - Tendo em conta esta proposta de desafetação do domínio público municipal para domínio privado gostaria de questionar o que é que está a ser perspectivado para esta parcela de terreno, visto que a verdade é que o mesmo sempre foi muito mal aproveitado e diria também cuidado, porque durante um ano está sempre muitas mais vezes por limpar e cheio de mato, do que limpo.

Presidente da Câmara – Disse que a operação de loteamento, como aqui foi referida, tem quase 20 anos e no âmbito dessa operação de loteamento, estava previsto um arruamento, ou seja quando perguntam se a parcela em causa, com cerca de 250 metros quadrados o que é que está previsto na operação de loteamento aprovado há 20 anos, trata-se de um arruamento, o que acontece é que olhando para aquela operação de loteamento tem havido muitas dificuldades para não dizer às vezes alguma insuficiência em termos da manutenção desse espaço, do dito espaço verde que foi aqui já colocado nesse loteamento em causa e tendo em vista que, olhando para esse arruamento e olhando para a continuidade daquilo que foi na altura aprovado, percebe-se que há um desnível de 4 metros como aqui já foi falado, ou seja, não há continuidade de arruamento algum, não há possibilidade de pensar que aquilo vai ter uma continuidade do arruamento, aquilo que é um arruamento não têm seguimento com aqueles 4 metros de desnível, até tem algumas dúvidas do ponto de vista da altura da aprovação, qual é que era a lógica de aprovação de um arruamento que tem um buraco de 4 metros logo imediatamente, com um desnível tão grande. A questão que se coloca agora é o que fazer e nada melhor do que colocar essa questão numa alteração possível de loteamento, alteração essa que passa sempre pela auscultação e por decisão maioritária daqueles que são os condóminos desse loteamento. Por outro lado nós não mexemos na área de espaço verde, essa parcela tem a ver com aquilo que era exclusivamente o arruamento, não há uma diminuição de espaço verde para um domínio privado municipal, o espaço verde mantém-se e provavelmente é uma questão muito interessante para discutir com os condóminos, porque em determinado momento, há uns 9 ou 10 anos, houve da parte de alguns dos moradores algumas propostas para o que podia ser equipamentos associados a esse parque, porque manifestamente precisam de equipamentos. Esse espaço verde foi recebido pelo município em 2005/2006 já está sob a égide do município há alguns anos como



um arruamento que não terminou e que não precisa sequer de ser feito, daí pensarmos que é talvez a altura de uma vez por todas, resolver esse problema.

Não havendo mais intervenções foi o documento colocado a votação e aprovado por maioria com 26 votos a favor e 11 abstenções dos membros José Pina, Miguel Covas, Mariana Morgadinho, Rafaela Pires, João Carlos Pereira, Rosa Moreira, Marina Nascimento, Paula Milheiro, Pedro Mesquita, Carlos Motaco e Guilherme Freches.

8. Apreciação e votação da Proposta – “Aprovação da adesão do Município do Fundão à APDA – Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas”, nos termos do disposto na alínea b) do nº1 do artº 25º da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro;

Guilherme Freches - Olhando para os estatutos da APDA, o artigo segundo diz que a APDA é uma entidade que defende os interesses das entidades e organismos responsáveis pelos sistemas públicos de águas de abastecimento e de águas residuais e de todos os demais intervenientes neste domínio. A sua questão é como é que a APDA se vai posicionar quando há interesses conflitantes entre duas partes que estão na mesma associação, porque temos lá as Águas de Portugal, o que a APDA vai aqui mediar e temos também a Aquália, pelo que gostava de saber como é que uma associação se vai conseguir defender, com interesses que, às vezes até chocam de frente.

Presidente da Câmara – Disse ser uma pergunta que não tem uma resposta, mas temos um histórico e o nosso histórico é nestes últimos anos relativamente às questões aqui no nosso território, resolve-se em tribunais e, se calhar, o melhor é tentar não resolver só em tribunais, ou seja, nós estarmos o mais bem preparados e capacitados para legislações que hoje até conectada que as alterações climáticas são cada vez mais exigentes e complexas, onde há cada vez mais interesses até antagónicos. Nós municípios temos que nos defender participando em entidades que têm como grande objeto aquilo que é a reflexão, a capacitação, a informação relativamente a estas agendas que são complexas e que é preciso estarmos o melhor preparados e o melhor informados para podermos decidir, temos que fazer aqui uma rede de trabalho para nos defendermos cada vez melhor relativamente a essa agenda e ainda preparar documentos, alguns ligados a alterações climáticas no nosso concelho, alguns deles inseridos nos planos municipais relativos às alterações climáticas e, mais uma vez, esta associação também nos pode ajudar, sobretudo naquilo que é a racionalidade associada a sistemas de básicos de infraestruturas.

Colocado o documento a votação foi o mesmo aprovado por unanimidade.



9. Apreciação e votação da Proposta – “Reconhecimento de Interesse Municipal da Empresa Beiratools – Acessórios Industriais, Lda. e aprovação da redução de 50% do IMT” nos termos do disposto na alínea k) do nº2 do artº 25º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro

Não havendo interessados em usar da palavra foi o documento colocado a votação e aprovado com 29 votos a favor e 10 votos contra dos membros José Pina, Miguel Covas, Mariana Morgadinho, Rafaela Pires, João Carlos Pereira, Rosa Moreira, Marina Nascimento, Paula Milheiro, Pedro Mesquita e Carlos Motaco.

O Grupo do Partido Socialista apresentou uma declaração de voto que se junta à presente ata como Anexo 14.

10. Apreciação e votação da Proposta - “Aprovação da contratação do Revisor Oficial de Contas” nos termos do disposto no artigo 77º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro

Presidente da Câmara – Disse que a figura do revisor oficial de contas é muito relevante e uma obrigação legal ser aprovado na Assembleia Municipal, decorre da legislação e, uma das questões muito importantes que o revisor oficial de contas faz é a de perceber se relativamente àquilo que são as nossas contas, as contas de gerência, mas também os procedimentos e a circularização associada às contas de gerência, estão de acordo com os preceitos contabilísticos, nomeadamente o novo programa da Lei das Finanças Locais e todos os preceitos legais que lhe dão suporte. Para esses preceitos, hoje também fazemos no nosso relatório e, também partilhamos aquilo que são os relatórios associados à aplicação do FAM e, por isso, estas questões de discriminação positiva às empresas estão não só previstas como concertamos uma metodologia que é informar a parte do FAM relativamente àquilo que são os apoios que damos no âmbito do IMT, IMI, etc. Quando estamos a falar de discriminação positiva na área do investimento é a possibilidade de isso ser feito e nós mandamos todos os anos para o FAM, toda a relação daquilo que são as diferenciações positivas, colocamos lá aquilo que são seus impactos e o FAM tem-nos dado o seu OK a todas as diferenciações aprovadas, porque é que quando fazemos o interesse municipal devemos referir em concreto, por exemplo, em que é que ele tem logo alguma implicação, nomeadamente financeira, neste caso 50% de redução na questão do da do IMT por 2 níveis, um acha que é bastante mais transparente, no órgão Assembleia Municipal dizer que o interesse municipal tem este impacto, todos ficam a saber em que é que se define o interesse municipal. Para além de uma maior relevância, que estamos a dizer daquele investimento relativamente a outro, por isso é importante, porque isso tem impacto financeiro e em que condições se coloca. A segunda questão tem a ver também com as próprias Finanças, já que são os nossos cobradores,



cobradores de fraque, de turno relativamente a muitos impostos municipais e relativamente à parte das Finanças também é muito mais correto quando nós dizemos na declaração de interesse municipal em que é que ela se aplica, nomeadamente nas questões das reduções de IMT, mas é muito mais correto que seja o órgão que tem a competência de declarar ou não interesse municipal também seja ele o órgão que fica com a competência de declarar qual é o impacto, ou em que medida em concreto, no âmbito do nosso regulamentos ela se aplica. Nós estamos a executar no âmbito regulamentos municipais, ou seja, nós temos um regulamento municipal que diz que os investimentos declarados interesse municipal podem ter reduções no IMT de acordo com o número de postos de trabalho previsíveis a ser criados e daí nós não podemos, no seu entender, diferenciar, nem considera correto dizer aqui à Assembleia declarem investimento tal de interesse municipal e depois ficar o presidente da Câmara, ou os vereadores ou até o órgão câmara com a responsabilidade determinar em que é que ele se concretiza, porque assim fica claro que o interesse municipal, neste caso concreto, significa uma redução de IMT na aquisição do imóvel para o desenvolvimento da atividade industrial aqui prevista.

Não havendo mais interessados em usar da palavra foi o documento colocado a votação e aprovado por unanimidade.

11. Apreciação e votação da Proposta - Aprovação final do “Regulamento do Programa de Gestão das Colónias de Gatos do Município do Fundão” nos termos do disposto na alínea g) do nº1 do artº 25º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro

Guilherme Freches – Disse que o ponto 2 do Artigo 5 não é específica porque é que se abre a porta á partilha de custos, mas não se especificam já as situações.

Presidente da Câmara – Disse que o regulamento é importante e vai ajudar, sobretudo a controlar as colónias de gatos que temos por vezes de forma desproporcionada e tornar também o regulamento num instrumento colaborativo entre a administração, nomeadamente também o serviço de veterinário do município e o cidadão. Podendo não estar a ser muito exato na resposta, arrisca que em determinados momentos é melhor deixar por vezes a questão mais em aberto para se poder ir ao encontro do que possa ser o caso concreto, porque nestas coisas, a realidade costuma ser mais rica do que aquilo que nós podemos prever.

Não havendo mais intervenções foi o documento colocado a votação e aprovado por unanimidade.



12. Apreciação e votação da Proposta - Aprovação Final do “Regulamento Interno do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social do Município do Fundão” nos termos do disposto na alínea g) do nº1 do artº 25º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro

Guilherme Freches – Perguntou o que motivou o horário de segunda-feira para os habitantes nas freguesias? Por causa do mercado? Mas se estas pessoas precisam de mais apoio, então são elas que vão estar em condições mais precárias para se deslocar, ainda por cima com o magro orçamento que se dá aos transportes públicos. Não se poderia coordenar com as juntas de freguesia um sistema de marcação em que os utentes iriam á sua junta (com uma marcação feita) e a Junta encarregar-se de uma ligação (telefone e/ou vídeo) aos serviços?

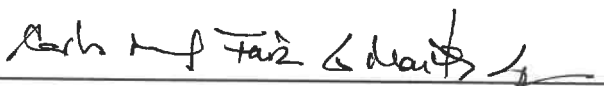
Presidente da Câmara – Disse ser exatamente ao contrário do que a questão que coloca pode induzir, ou seja, todas as pessoas que são das áreas mais rurais do nosso concelho é mais adequado dizer, poderão ser atendidas todos os dias da semana, na segunda-feira só se poderão inscrever as pessoas das áreas mais rurais. Ou seja, para diferenciar mais positivamente, dado que tendencialmente, às segundas-feiras, haverá mais gente das áreas rurais e, como tal, as pessoas da cidade à segunda-feira não vão poder inscrever. N questão do transporte a pedido já há um acordo com a parte dos táxis e com a CIM, que não foi fácil e, por isso, nas próximas semanas, talvez em fevereiro podemos ter os dois primeiros circuitos piloto em áreas remotas do nosso concelho. Temos feito todo um conjunto de candidaturas nacionais e europeias, tendo e vista a questão dos modelos de mobilidade, porque uma coisa é certa, nós não podemos continuar a ter um custo de cerca de 500.000 euros anuais, de compensação às concessionárias de transporte sendo que uma parte é financiada pelo PARTE que depois é retirado aos passes. É um momento em que é preciso ter a melhor das decisões e o melhor do planeamento e inteligência possíveis, à volta desta matéria, porque nós seguramente só lá vamos com sistema tripartido, transporte a pedido, transporte colaborativo, que é uma componente, que vai ter relevância num concelho como o nosso, entre as IPSS e essas outras entidades e a relação com o próprio cidadão. procurar resolver questões de forma colaborativa e, obviamente, o transporte convencional que em algumas das carreiras principais não vamos deixar de ter e por isso é nesta triangulação que estamos, no momento em que há 2 anos pagávamos zero, o município pagava zero de compensações e hoje pagamos 500.000 euros e CIM no seu conjunto deve andar a aproximar-se dos 4 milhões de euros anuais que paga neste momento às concessionárias de compensação, ou seja, as concessionárias fazem o transporte, cobram os bilhetes, cobram os passes, mas dizem que se não pagarmos 4 milhões nas Beiras e Serra da Estrela os autocarros ficam parados.

Não havendo mais intervenções foi o documento colocado a votação e aprovado por maioria com 40 votos a favor e 2 abstenções dos membros Pedro Mesquita e Carlos Motaco.

O Senhor Presidente da Mesa, antes de encerrar esta assembleia renovou o convite para o jantar de Natal a realizar de seguida e desejou a todos boas festas e feliz Natal e que o ano 2023 seja melhor do que aquilo que as previsões auguram.

Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Mesa perguntou ao público presente se alguém pretendia intervir. Não sendo o caso, agradeceu a presença de todos e deu por encerrados os trabalhos da Assembleia Municipal pelas 19.20 horas. Da sessão se exarou a presente ata que vai ser assinada por todos os Membros da Mesa da Assembleia.

Presidente da Assembleia Municipal



1º Secretário



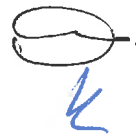
2º Secretário

VOTAÇÕES DAS PROPOSTAS

2. Apreciação e votação da Proposta - “Aprovação dos Documentos Previsionais para o ano de 2023”, nos termos da alínea a) do nº1 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro – Aprovado por maioria com 31 votos a favor, 10 contra e 2 abstenções.

3. Apreciação e votação da Proposta – “Aprovação das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para o ano 2023”, nos termos do disposto na alínea d) do nº1 do artº 25º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro – Aprovado por maioria com 26 votos a favor e 8 votos contra.

4. Apreciação e votação da Proposta - “Aprovação da participação de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do concelho do Fundão”, nos termos do disposto na alínea c) do nº1 do artº 25 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro - Aprovado por maioria com 26 votos a favor e 8 votos contra



- 5. Apreciação e votação da Proposta – “Lançamento para o ano de 2022 da derrama de 1,5% sobre o lucro tributável e não isento de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC)”, nos termos do disposto na alínea d) do nº1 do artº 25º, da Lei nº 75/2013** - Aprovado por maioria com 26 votos a favor e 8 votos contra
- 6. Apreciação e votação da Proposta – “Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) em 0,25% para aplicação em 2023”, nos termos do disposto na alínea b) do nº1 do artº 25º da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro** - Aprovado por unanimidade
- 7. Apreciação e votação da Proposta – “Desafetação do domínio público de uma parcela de terreno – Loteamento de Vale de Canas – Fundão”, nos termos do disposto na alínea q) do nº1 do artº 25 da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro** - Aprovado por maioria com 26 votos a favor e 11 abstenções
- 8. Apreciação e votação da Proposta – “Aprovação da adesão do Município do Fundão à APDA – Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas”, nos termos do disposto na alínea b) do nº1 do artº 25º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro** – Aprovado por unanimidade
- 9. Apreciação e votação da Proposta – “Reconhecimento de Interesse Municipal da Empresa Beiratoools – Acessórios Industriais, Lda. e aprovação da redução de 50% do IMT” nos termos do disposto na alínea k) do nº2 do artº 25º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro** - Aprovado por maioria com 29 votos a favor e 10 votos contra
- 10. Apreciação e votação da Proposta - “Aprovação da contratação do Revisor Oficial de Contas” nos termos do disposto no artigo 77º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro** - Aprovado por unanimidade
- 11. Apreciação e votação da Proposta - Aprovação final do “Regulamento do Programa de Gestão das Colónias de Gatos do Município do Fundão”**

nos termos do disposto na alínea g) do nº1 do artº 25º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro - Aprovado por unanimidade

12. Apreciação e votação da Proposta - Aprovação Final do “Regulamento Interno do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social do Município do Fundão” nos termos do disposto na alínea g) do nº1 do artº 25º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro.

ANEXO 1

Moção

Aprovada
por unanimidade
2022/12/20

Considerando a dramática situação que se vive no concelho do Fundão, após a sucessiva aposentação de alguns profissionais de saúde, nomeadamente médicos de família, o que implicou que muitas povoações do concelho tenham ficado sem acesso a cuidados médicos de proximidade, em especial, na zona do Pinhal;

Considerando que a redução do número de médicos no concelho pode ter levado a uma diminuição muito significativa dos cuidados médicos, assegurados nas extensões de saúde;

Considerando que os recursos humanos disponíveis são manifestamente insuficientes para responder às necessidades da população, existindo mais de 3500 utentes sem médico de família;

Considerando que cinco médicos se irão aposentar nos próximos 18 meses;

Considerando que urge reivindicar a colocação de mais médicos no concelho, assim como a sua fixação, de modo a evitar uma situação dramática e de rutura;

Considerando que a diminuição do número de médicos e o consequente aumento de utentes por médico irá ter um impacto determinante na capacidade de resposta e qualidade do serviço prestado, que poderá vir a ser posto em causa;

Assim, a Assembleia Municipal do Fundão aprova:

- 1- Reivindicar junto das autoridades de saúde, designadamente do ACES Cova da Beira, Administração Regional de Saúde e do Ministério da Saúde a abertura de procedimento concursal, para a colocação de mais médicos no concelho;
- 2- Comunicar a estas entidades a oposição do Município do Fundão a qualquer tentativa de encerramento de postos de saúde e serviços médicos prestados à população sem que esteja garantido o acesso universal dos cuidados de saúde primários a todos os cidadãos do concelho do Fundão;



- 3- Remeter o teor desta Moção ao Ministério da Saúde, à ARS, ao ACeS Cova da Beira e ao CHCB.**

Fundão, 20 de dezembro de 2022

ANEXO 2

Moção: Eliminação das portagens na A23 e na A25 e criação do Eixo Prioritário de Desenvolvimento da Beira Interior.

A introdução de portagens nas vias ex-SCUT representa um custo acrescido para todos os residentes, estudantes, profissionais, visitantes, investidores e empreendedores, que desenvolvem as suas atividades nos Distritos de Castelo Branco e da Guarda. Para além de se somarem aos custos de contexto desfavoráveis, que afetam, negativamente, a capacidade competitiva destas subunidades territoriais da NUTS II da Região Centro, constituem também um efetivo travão ao desenvolvimento regional sustentável destas subunidades territoriais, contribuindo para o seu isolamento e para a redução da sua capacidade de exportação, e de atração de pessoas e de investimento, no sentido de reverter o inverno demográfico que enfrenta e que se irá acentuar, previsivelmente, na próxima década.

É nosso entendimento comum que o reconhecimento da importância do Eixo Prioritário de Desenvolvimento da Beira Interior, conectando os principais núcleos populacionais, industriais e educacionais, de Vila Velha de Ródão, Castelo Branco, Fundão, Covilhã, Belmonte, Guarda e Vilar Formoso, e incluindo outros núcleos periféricos afetados pelos incêndios que ocorreram no passado Verão, obriga a uma tomada de posição concertada, que resulte em uma iniciativa legislativa que promova, inicialmente, a eliminação das portagens na A23 e na A25, no sentido de viabilizar a criação do Eixo Prioritário de Desenvolvimento supraidentificado, com uma via livre de portagens, no eixo rodoviário entre Vila Velha de Ródão, Castelo Branco, Fundão, Covilhã, Belmonte, Guarda e Vilar Formoso.

Por conseguinte, promover a livre circulação de pessoas, bens e mercadorias nestas vias, pode ser uma alavanca de desenvolvimento regional sustentável, com efeitos positivos esperados ao nível do reforço dos custos variáveis suportados pelas empresas, da redução dos custos de mobilidade suportados pelos utentes (vulgo, profissionais e visitantes) destas vias e, sobretudo, pela criação de condições mais favoráveis tendentes ao estímulo do emprego qualificado e do investimento produtivo.

Pelo atrás exposto, consideramos que eliminar as portagens na A23 e na A25, e viabilizar a criação do Eixo Prioritário de Desenvolvimento da Beira Interior, não só irá melhorar a mobilidade e reduzir a sinistralidade rodoviária, como também irá reforçar o poder de compra, a qualidade de vida e as condições socioeconómicas, de todos os agentes envolvidos no reforço dos fatores determinantes da competitividade destas subunidades territoriais, que propiciam o acesso rodoviário ao mercado ibérico, em particular, e aos mercados europeus, em geral.

Acresce ainda que, nestes territórios de fronteira, assegurar a equidade no acesso a estas vias, deve ter um significado diferenciado, ou seja, eliminar as portagens; e não aumentar as portagens; na medida em que o agravamento das portagens refletindo a subida generalizada dos preços, irá contribuir para a erosão da já débil capacidade de autofinanciamento das micro, pequenas e médias empresas, e por esse motivo, da sua

S
K

Aborda
por unanimidade
2022/12/20

pm
S
Pedro Miguel

viabilidade futura, constituindo um obstáculo adicional ao almejado desenvolvimento regional sustentável. A eliminação das portagens nas Ex-SCUT e a criação do Eixo Prioritário de Desenvolvimento da Beira Interior, irá, assertivamente, contribuir para o combate às desigualdades regionais, para o crescimento económico e para a atração de capital humano qualificado.

A Assembleia Municipal do Fundão defende que estas vias, por serem fundamentais para o desenvolvimento regional sustentável, por não terem alternativa viável e por imperativo de justiça social, não devem ser objeto de aplicação de portagens.

Assim, a Assembleia Municipal do Fundão, reunida em 20 de dezembro de 2023 delibera:

- Solicitar à Assembleia da República que se pronuncie favoravelmente sobre a proposta agora apresentada, que consagra a eliminação das portagens nas auto-estradas: A23 e A25; no sentido de ser criado o Eixo Prioritário de Desenvolvimento da Beira Interior, mediante eliminação imediata das portagens no eixo rodoviário entre Vila Velha de Ródão, Castelo Branco, Fundão, Covilhã, Belmonte, Guarda e Vilar Formoso;
- Exigir ao Governo que elimine as portagens na A23 e na A25;
- Remeter cópia desta Moção ao Senhor Primeiro-Ministro e aos Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República;
- Remeter cópia desta Moção ao Senhor Presidente da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela e ao Presidente da Assembleia Intermunicipal dessa Comunidade; e
- Remeter cópia desta Moção ao Senhor Presidente da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa e ao Presidente da Assembleia Intermunicipal dessa Comunidade.

Fundão, AMF, 20 de dezembro de 2023/2

Grupo Municipal do Partido Social Democrata do Fundão

O Deputado Municipal

João Carlos Correia Leitão




Pedro Magalhães

ml
2022/12/21

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da mesa,

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Exmos. Senhores Vereadores e Exmas. Senhoras Vereadoras,

Exmos. Membros da Assembleia Municipal,

Exmos. Membros da Comunicação Social aqui presente,

Senhoras e Senhores,

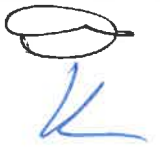
ANEXO 3

O Conselho Municipal de Juventude é o órgão consultivo do município sobre matérias relacionadas com a política de juventude. Representa os jovens - neste caso do conselho do Fundão - e serve como instrumento de participação jovem, criando oportunidades de diálogo e aprendizagem mútua entre jovens, organizações de juventude e decisores municipais. Assim nos diz e prevê o *Regime Jurídico dos Conselhos Municipais de Juventude*, ao abrigo da *Lei n.º 8/2009, de 18 de fevereiro*.

A verdade é que, este *Conselho Municipal de Juventude do Fundão* reúne-se muito esporadicamente. Demasiado esporadicamente, a nosso ver.

A última vez que se realizou o *Conselho Municipal de Juventude do Fundão* foi no dia 16 de dezembro de 2021, há mais de um ano atrás. Nesta reunião foi apresentada pelo Executivo Municipal, na pessoa do Vice-Presidente Miguel Gavinhos, a vontade de se realizar um *Orçamento Participativo Jovem* para o ano 2022, tendo sido apresentado um modelo de Regulamento naquela reunião, que foi discutido, analisado e alterado nalguns pontos pelos representantes das diversas organizações ali presentes.

De referir que, eu própria estive presente nesse Conselho Municipal do dia 16/12/2021, juntamente com o membro da Assembleia Municipal também hoje aqui presente, Rafaela Pires, representando a *Juventude Socialista do Fundão* e o *Partido Socialista do Fundão*, respetivamente.



Ora, o *Orçamento Participativo Jovem* trata-se de um método de participação dos jovens na comunidade por excelência, e é essencial garantir a sua transversalidade e transparência - valores fundamentais num processo de participação.

De acordo com o regulamento aprovado, existia um período de submissão dos projetos até 18 de abril de 2022, uma análise técnica dos projetos de 19 a 29 de abril de 2022, uma comunicação dos projetos selecionados a 6 de maio de 2022, um período de debate e discussão dos projetos de 7 de maio a 9 de junho de 2022 e, por fim, existia um período de votação presencial dos projetos entre 13 e 14 de junho de 2022.

Acontece que, até ao momento, o Conselho Municipal de Juventude não voltou a reunir-se e, por isso, desconhecemos como decorreu o processo referente ao *Orçamento Participativo Jovem* para o ano 2022. Quanto temos conhecimento, não existiu votação, pelo que, presume-se que não foi concretizado.

No mesmo regulamento vem previsto no seu artigo 5.º que “a Câmara Municipal do Fundão terá disponível para o primeiro ano deste *Orçamento Participativo* “EU É QUE DECIDO”, em sede de *Orçamento Municipal*, uma verba no valor de 20.000 euros”.

Assim, vimos solicitar informações ao Executivo Municipal sobre:

- a) A realização deste *Orçamento Participativo Jovem*, e como decorreu o processo de participação;
- b) Se, de facto, não foi concretizado, o que aconteceu à verba de 20.000,00€, destinada a esse efeito;
- c) E quando é que o Conselho Municipal da Juventude voltará a reunir-se, sendo certo que, em 2022 não foi realizada uma única reunião.

Aproveito para desejar a todos e todas Votos de Boas Festas, de um Feliz Natal, de um Feliz Ano Novo 2023, recheado de saúde, esperança, trabalho, perseverança e boas energias.

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal
Exmos Senhores Deputados Municipais
Exmos Senhores Vereadores
Exmos representantes dos órgãos de Comunicação Social
Minhas Senhoras e meus Senhores

Recomendação

Como todos sabem a Câmara Municipal do Fundão concessionou, por 30 anos, “a exploração e gestão de água para consumo público e de drenagem de águas residuais do concelho do Fundão” à empresa Aqualia – Gestion Integral del Agua, S.A. que, por sua vez, para execução do respectivo contrato de concessão, constituiu a empresa Aquafundalia – Águas do Fundão, S.A.

Trata-se de uma concessão com um tempo de duração longo que, em conformidade com o contrato celebrado a 24.02.2011 pode ser renovado por novos períodos se as partes assim o entenderem.

Ora, perante esta evidência espera-se que a Câmara Municipal do Fundão, esteja atenta e vigilante à execução do contrato em referência, nomeadamente no que diz respeito à conformidade do mesmo com os resultados; ou seja, com a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos do concelho.

Para além da questão essencial da qualidade da água e da gestão dos sistemas que lhe estão associados importa monitorizar a relação da empresa com os seus clientes na gestão administrativa e financeira dos contratos individuais, nomeadamente ao nível da modernização e eficácia do seu relacionamento com todos os que usufruem dos seus serviços.



Neste patamar a empresa precisa de realizar, de forma clara e evidente, um esforço no sentido de melhorar os serviços que tem vindo a prestar.

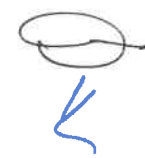
Neste quadro, recorro que o nosso concelho tem uma dimensão geográfica considerável, com uma orografia complexa, uma população muito envelhecida e também uma rede de transportes débil que não responde, desde há muito, às necessidades das pessoas em contexto de mobilidade dentro do território concelhio.

Cruzando estas variáveis com os sinais de modernidade que o nosso concelho deve dar, sempre no sentido da melhoria das condições de vida de todos os que resistem por aqui e também dos que queiram vir, devo dizer-vos que os serviços de atendimento ao público da empresa Aquafundália estão longe desse patamar desejável e exigido.

E na falta de qualidade dos serviços excludo os seus colaboradores que são excelentes profissionais e de uma simpatia extrema.

A falta de qualidade revela-se em exemplos tão simples como estes:

- Só existe um telefone fixo e um número de telemóvel para contacto com o piquete de serviço;
- Ligar para o único número fixo não é tarefa fácil;
- Só está um colaborador a atender o público;
- Não há multibanco no local para se poderem efectuar os pagamentos.
- Quem não tiver o pagamento do serviço por débito directo e deixar passar a data limite de pagamento tem que se deslocar aos serviços administrativos para resolver a questão, de forma presencial, pagando em dinheiro, uma vez que não existe multibanco;
- Quem deixar passar a data limite de pagamento não tem acesso a uma referência de pagamento nem a indicação de uma conta bancária para que possa resolver e regularizar, à distância, a sua situação.
- O horário de atendimento é curto e não é compatível com a maioria dos horários de quem trabalha.



Estas questões simples, de aparente resolução também simples, provocam enormes dificuldades na vida das pessoas, em particular: aos idosos que têm que se deslocar, a todos os que estão fora do concelho e aos que trabalham em horários incompatíveis com os dos serviços.

Perante este quadro geram-se filas enormes junto dos serviços, provocam-se deslocações desnecessárias, com despesas evitáveis, transtornando a vida das pessoas que, num concelho que se deseja moderno e desenvolvido, tem ainda funcionamentos arcaicos que precisam, naturalmente, de actualização urgente.

Em função do que anteriormente foi referido recomenda-se à Câmara Municipal do Fundão:

- que diligencie junto da empresa Aquafundália – Águas do Fundão, S.A, concessionária da “Exploração e Gestão dos sistemas de distribuição de água para consumo público e de drenagem de águas residuais do concelho do Fundão, para que implemente as sugestões mencionadas com o objectivo da melhoria da qualidade e eficácia dos serviços prestados visando a modernização e o incremento da qualidade de vida de todos os cidadãos que usufruem dos serviços prestados.

Fundão, 20 de Dezembro de 2022

Pelo Grupo de eleitos do PS

Marina Nascimento

PAOD

Cumprimentos gerais e votos de boas festas

A recente Resolução do Conselho de Ministros n.º 123/2022 referente à transferência, a partilha e a articulação das atribuições dos serviços periféricos da administração direta e indireta do Estado nas CCDR é um novo factor de preocupação. Está ali previsto a transferência/partilha de muitas competências em diversas áreas

- a) Economia;
- b) Cultura;
- c) Educação;
- d) Formação profissional;
- e) Saúde;
- f) Conservação da natureza e das florestas;
- g) Infraestruturas;
- h) Ordenamento do território;
- i) Agricultura e pescas.

É mais difícil perceber o que não estará incluído. Há um ponto crucial aqui que gostaríamos de destacar que é o da Saúde, onde se prevê a transferência de, entre outras funções “Assegurar o planeamento regional dos recursos humanos, financeiros e materiais, incluindo a execução e acompanhamento dos necessários projetos de investimento das instituições e serviços prestadores de cuidados de saúde, em articulação com a Direção Executiva do Serviço Nacional de Saúde, I. P. (DE -SNS, I. P.)”. Esta competência será tirada á ARS do Centro.

Não estamos aqui a falar contra a descentralização, muito pelo contrário. Parece-nos sim, que esta é uma maneira encapotada de continuar a adiar a regionalização, tão desejada pelas populações, e consagrada como possibilidade na constituição. As CCDR's, (tal como as ARS's- que de tão depauperadas de funções só poderão ser extintas) não são eleitas pela população e, da maneira como funcionam actualmente, poderão ser capturadas por interesses partidários, desvalorizando o saber técnico.

Achamos que os fundanenses têm o dever de saber a posição da câmara acerca desta resolução.

Cumprimentos.

ANEXO 5

No dia 5 Dezembro, houve um incêndio numa habitação nas Donas, que, se propagou a outras duas.

No total e lamentavelmente quatro pessoas, ficaram desalojadas na sequência do incêndio.

O combate ao incendio foi dificultado devido à eventual falta de água e défice de bocas de incêndio.

Os hidrantes (marcos de incêndio ou bocas de incêndio) funcionam sobretudo como um equipamento de reabastecimento de água aos veículos de combate a incêndios cuja sua localização e operacionalidade são fatores determinantes que influenciam a capacidade de resposta dos bombeiros face a um incêndio.

Questiono o executivo na pessoa do Sr Presidente:

1. Se existe um **cadastro atualizado** de todos os marcos e bombas de incêndio no concelho.
2. Se existe um **programa/ plano de manutenção e inspeção periódica** dos marcos e bocas de incendio do concelho.
3. Se esses **planos a existirem se são cumpridos** (e na esperança que essas inspeções ocorram no mínimo uma vez por ano), **se existem relatórios da avaliação da operacionalidade dos hidrantes** (e.g. se cumprem com regulamentos em termos de caudais).
4. Se existe algum **plano para mitigar o défice de hidrantes de incêndio** no concelho? E se sim, quais os seus prazos de execução?

Uma vez que o Fundão se quer assumir como uma cidade digital, apresento a seguinte sugestão:



A criação de uma App móvel para as entidades de proteção civil

- com a **georreferenciação dos hidrantes**, com toda a informação disponível associada a cada ponto (e.g. caudal; tipo hidrante, situação do hidrante)
- e a **apresentação do itinerário mais rápido** até ao hidrante mais próximo do teatro de operações, de forma a tornar a deslocação dos meios mais rápida e eficaz.

ANEXO 6

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da mesa,
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal,
Exmos. Senhores Vereadores e Exmas. Senhoras Vereadoras,
Exmos. Membros da Assembleia Municipal,
Exmos. Membros da Comunicação Social aqui presente,
Senhoras e Senhores,

O Conselho Municipal de Juventude é o órgão consultivo do município sobre matérias relacionadas com a política de juventude. Representa os jovens - neste caso do conselho do Fundão - e serve como instrumento de participação jovem, criando oportunidades de diálogo e aprendizagem mútua entre jovens, organizações de juventude e decisores municipais. Assim nos diz e prevê o *Regime Jurídico dos Conselhos Municipais de Juventude*, ao abrigo da *Lei n.º 8/2009, de 18 de fevereiro*.

A verdade é que, este *Conselho Municipal de Juventude do Fundão* reúne-se muito esporadicamente. Demasiado esporadicamente, a nosso ver.

A última vez que se realizou o *Conselho Municipal de Juventude do Fundão* foi no dia 16 de dezembro de 2021, há mais de um ano atrás. Nesta reunião foi apresentada pelo Executivo Municipal, na pessoa do Vice-Presidente Miguel Gavinhos, a vontade de se realizar um *Orçamento Participativo Jovem* para o ano 2022, tendo sido apresentado um modelo de Regulamento naquela reunião, que foi discutido, analisado e alterado nalguns pontos pelos representantes das diversas organizações ali presentes.

De referir que, eu própria estive presente nesse Conselho Municipal do dia 16/12/2021, juntamente com o membro da Assembleia Municipal também hoje aqui presente, Rafaela Pires, representando a *Juventude Socialista do Fundão* e o *Partido Socialista do Fundão*, respetivamente.

Ora, o *Orçamento Participativo Jovem* trata-se de um método de participação dos jovens na comunidade por excelência, e é essencial garantir a sua transversalidade e transparência - valores fundamentais num processo de participação.

De acordo com o regulamento aprovado, existia um período de submissão dos projetos até 18 de abril de 2022, uma análise técnica dos projetos de 19 a 29 de abril de 2022, uma comunicação dos projetos selecionados a 6 de maio de 2022, um período de debate e discussão dos projetos de 7 de maio a 9 de junho de 2022 e, por fim, existia um período de votação presencial dos projetos entre 13 e 14 de junho de 2022.

Acontece que, até ao momento, o Conselho Municipal de Juventude não voltou a reunir-se e, por isso, desconhecemos como decorreu o processo referente ao *Orçamento Participativo Jovem* para o ano 2022. Quanto temos conhecimento, não existiu votação, pelo que, presume-se que não foi concretizado.

No mesmo regulamento vem previsto no seu artigo 5.º que “a Câmara Municipal do Fundão terá disponível para o primeiro ano deste *Orçamento Participativo* “EU É QUE DECIDO”, em sede de *Orçamento Municipal*, uma verba no valor de 20.000 euros”.

Assim, vimos solicitar informações ao Executivo Municipal sobre:

- a) A realização deste *Orçamento Participativo Jovem*, e como decorreu o processo de participação;
- b) Se, de facto, não foi concretizado, o que aconteceu à verba de 20.000,00€, destinada a esse efeito;
- c) E quando é que o Conselho Municipal da Juventude voltará a reunir-se, sendo certo que, em 2022 não foi realizada uma única reunião.

Aproveito para desejar a todos e todas Votos de Boas Festas, de um Feliz Natal, de um Feliz Ano Novo 2023, recheado de saúde, esperança, trabalho, perseverança e boas energias.

ANEXO 7
K

Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal e secretárias da Mesa

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores

Representantes da comunicação social

Caros colegas

Minhas senhoras e meus senhores

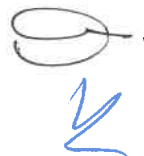
Como representante da freguesia de Silvares venho novamente trazer um lamento e um apelo coletivo ao Sr. Presidente da Câmara e Vereadores

Infelizmente este tempo chuvoso que nos tem assolado tem danificado ainda mais a estrada municipal 238, principalmente desde o Castelejo até Silvares passando por Lavacolhos é derrocadas, buracos e valetas entupidas etc. lamentavelmente a proteção civil só colocou sinais de aviso, quando poderia ter escoado água de onde ela está a causar mais danos, isto para não falar de um trabalho preventivo que não tem sido realizado.

Na vila de Silvares o problema da conduta de abastecimento de água em alta foi transformado numa enorme dor de cabeça para todos os que circulam na referida via, sentimos a existência de fatores de iminente perigo, suscetíveis de múltiplos acidentes, com as inquietantes consequências, no que toca aos prejuízos causados às viaturas e aos utentes que circulam na avenida principal de Silvares e na Rua 8 de dezembro.

Neste contexto de pública contestação, que plenamente se justifica, venho, pois, apelar ao Exmo. Presidente da Câmara para que também apele para que as entidades responsáveis, procedam à execução dos trabalhos de reparação como devem ser e não remendos que não são mais que novos, e deixem passar a expressão, novos buracos ou lombas. Sabemos que a reposição da conduta será feita, e nesse processo também apelamos e devido ao estado da estrada que a câmara possa completar depois a pavimentação que irá ser executada apenas por metade.

No Plano de atividades sobre o traçado da estrada nada nos indica que serão realizados trabalhos de fundo na EM 238, algo que temos apelado, junto com outros colegas Presidentes de Junta, desta zona do Pinhal, que seja realizado. Estamos-nos a sentir defraudados. Em 2017 e 2018 ouvimos que até 2022 esta mesma estrada seria alvo de intervenção. Bem, estamos a terminar o ano 2022 e não será nestes 10 dias que aparecerá obra feita. Não há aumento de desenvolvimento nem investimento se as acessibilidades não forem melhoradas. Já foram dadas sugestões para correção de traçado, que podem ser faseados. Já houve avanços nestes estudos? Os nossos concidadãos das Freguesias sentem-se abandonados. Acreditam que o município apenas pensa na cidade do Fundão. É algo que as pessoas constatarem e sentem, e nós temos que sentir o mesmo. Não podemos continuar a viver apenas de migalhas todos os que vivemos mais distantes da sede de concelho.



Para quando a consulta pública do PDM (plano diretor municipal)? Há algum tempo que temos indicação de que está tudo pronto para tal, mas não aparece e com isso continuam as desculpas de que a equipa de ordenamento está ocupada e não pode realizar outros trabalhos e projetos. Para Silveiras está pendente o projeto para um espaço multifuncional que inclui o estacionamento, obra final, que nos continua a fazer falta. Se não há disponibilidade para a realização do projeto, Sr. Presidente, a Junta se lhe forem passadas verbas para tal, terá gosto em contratar quem o faça e depois apresenta-lo para que possa ser alvo de alguma candidatura em que possa ser elegível. Mas sem projeto, não pode haver nunca uma candidatura.

Volto aqui a referir, neste que é o local próprio para tal e sem comparações com outras Freguesias (porque todos nós temos problemas, apenas podem diferir), que já vai para lá de vergonhoso o estado de parte do acesso à escola EB de Silveiras, tal como da Rua de Sta Luzia, Rua do Cemitério entre outras. E como é do conhecimento público não são as Juntas que têm verbas para este género de obras.

Não podemos esperar mais, e a câmara também não pode fechar os olhos a todos estes problemas, que estão a causar prejuízo aos nossos concidadãos. Que ao fim ao cabo, são problemas e necessidades que estão a prejudicar a qualidade de vida de toda a população.

Muito mais questões e situações aqui poderia colocar, mas vou terminar com a situação dramática de termos ficado sem médico de família desde dia 27 de Outubro do corrente ano. Sei que houve uma reunião ou conversação entre o Sr. Presidente da Câmara e a ARS Centro, existe alguma resposta que possa ser aqui esclarecida??

Certa de que V. Exa., acima de tudo, preza o desenvolvimento do nosso concelho, não deixará de dar toda atenção ao nosso apelo, com certeza.

Feliz Natal para todas e todos os presentes e que o Ano Novo traga muitas realizações de obras que as nossas populações anseiam, não de agora, mas há anos.



Aprovado
por unanimidade
2022/12/20

VOTO DE PESAR PELA MORTE DE ASRA PANAHI E DEMAIS VÍTIMAS DO REGIME IRANIANO

ANEXO 8

Asra Panahi, cidadã iraniana de 16 anos, foi morta pelas forças de segurança daquele país na repressão dos protestos que decorre naquele país contra as regras de moralidade e de obrigatoriedade de uso de hijab ou lenço a cobrir o cabelo das mulheres.

No dia 13 de outubro, as forças de segurança iranianas invadiram a escola secundária feminina de Ardabil e exigiram às raparigas que cantassem um hino que louva o líder supremo do Irão, o aiatolá Ali Khamenei. Quando as raparigas se recusaram, as forças de segurança usaram da violência e espancaram as estudantes, o que levou várias a serem transportadas para o hospital. Asra Panahi, faleceu no hospital na sequência dos ferimentos.

Os protestos no Irão começaram em reação à morte de Mahsa Amini, cidadã iraniana de 22 anos, que foi presa por não cobrir o seu cabelo. Desde essa data, 13 de setembro, têm existido fortes protestos contra a violência das forças de segurança, pela liberdade, pelos direitos das mulheres e contra a imposição de uma moral religiosa e da ditadura. Com a morte de Asra Panahi, os protestos intensificaram-se, e centenas de pessoas terão morrido vítimas das violentas repressões.

O município do Fundão e os seus cidadãos e cidadãs reconhecem a importância da luta pela liberdade de expressão, pelos direitos das mulheres e pela separação entre as autoridades religiosas e o Estado, lutas que moldaram a nossa História e presta a sua homenagem a todas as mulheres iranianas empenhadas nesta luta e prestam o seu tributo a Asra Panahi e a todos aqueles e aquelas que no Irão lutam por um mundo mais livre e justo.

Assim, a Assembleia Municipal do Fundão, reunida no dia 20 de dezembro, manifesta o seu pesar pela morte de Asra Panahi e demais vítimas do regime iraniano.

Pedro Mesquita
Carlos Pataco



ANEXO 9

Orçamento

Duas curtas notas sobre este orçamento

A primeira nota é para referir que o valor do investimento previsto é, de facto, escasso. Além disso ele representa apenas 27% do total das despesas previstas. Continuamos a sofrer as consequências do sobre-endividamento a que nos levou a gestão autárquica desta maioria em anos passados.

A segunda é para referir que a distribuição percentual, por objetivos, do PPI é substancialmente diferente do das GOP o que é indicativo das opções que se fazem.

A título de exemplo refere-se que os objetivos "Desenvolvimento Local e Equipamento Coletivo" e "Ambiente e Qualidade de Vida" ficam-se por, respetivamente 5% e 6% do investimento.

Já se olharmos noutra direção vemos que as três rubricas apenas "BNAUT", "Ampliação espaço empresas" e "Cine Teatro Gardunha" consomem praticamente 50% do total do investimento previsto. Não espanta, pois, que para a "Educação" se prevejam apenas 31.000€ ou que para na área dos transportes, a necessitar intervenção urgente seja em termos de rede de transportes públicos, quer da central de camionagem que tarda, nada se veja. A título de exemplo regista-se a rubrica "Mobilidade a pedido", para 2023 se prevejam 0€

O município necessita de ver os seus documentos previsionais aprovados. Aqueles que aqui nos apresentam representam opções com as quais, em grande parte dos casos nos não identificamos. Por isso nos iremos abster. Que tenham o vosso orçamento. Depois veremos o que, de facto fizeram.



Grupo Municipal do PS

Declaração de voto

Apreciação e votação da Proposta – “Aprovação dos Documentos Previsionais para o ano de 2023”, nos termos da alínea a) do nº1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

As Grandes Opções do Plano e o Orçamento devem traduzir e explicitar de forma clara e inequívoca as opções políticas do Executivo Camarário. Os documentos que nos são presentes mais se assemelham a um arquivo de anexos corretamente organizados e pouco mais são do que a norma da execução orçamental.

Carece de uma introdução que apresente os documentos de forma clara e não apresenta um relatório que ajude à interpretação do pretendido para o desenvolvimento do município.

A proposta das grandes opções do plano, “compostas pelas atividades mais relevantes e plano plurianual de investimentos, com nota explicativa que a fundamenta, a qual integra a justificação das opções de desenvolvimento estratégico, a sua compatibilização com os objetivos de política orçamental, e a descrição dos programas, incluindo projetos de investimento e atividades mais relevantes da gestão” e que decorre da lei, resume-se a um mero ato formal.

A inexistência de uma contextualização macroeconómica do município transforma os documentos apresentados num mero amontoado de distribuição de verbas por rubricas e daí resultando um conjunto de tabelas e quadros.

A proposta apresentada a esta Assembleia Municipal não assume de forma explícita a necessidade de priorizar áreas como o ambiente e qualidade de vida ou os equipamentos onde se enquadram naturalmente a educação, a saúde ou a ação social, prioridades que deixariam clara uma visão que colocasse as pessoas em primeiro lugar. Constatamos a diminuição do investimento em Ambiente e Qualidade de Vida de 22 para 20% e em Inovação Investimento e Emprego 50 para 45% quando comparadas com o orçamento apresentado para 2022. A título meramente indicativo refira-se a Requalificação Urbana que baixa de 789 820 para 478 000 € ou a rede viária e sinalização que passa de 1 027 000 para 292 000 euros o que não é compreensível num momento em que as condições meteorológicas são extremamente adversas e por demais evidentes.

Notório, deixa a habitação para anos vindouros, que não 2023, o que é bem patente na antevisão de transferências de receitas do estado central que proporcionarão orçamentos bem mais robustos do que o apresentado e regressando depois aos valores do presente.

Separa-nos no referente à carga fiscal (IMI e Derrama) a interpretação de não ser possível ao Município não aplicar as taxas máximas ou proceder a reduções, ainda que com prejuízo evidente para os fundanenses e as famílias em particular, situação que decorre de políticas pouco acauteladas dos anteriores executivos do PSD, uma vez que o Município do Fundão está atualmente abrangido pelo Fundo de Apoio Municipal (FAM) o que o impede de descer os impostos pois está obrigado a maximizar as receitas.

Também a insistência na continuidade da manutenção da taxa de participação de 5% no IRS nos separa sendo mais uma evidência que impede a existência de um benefício que seria bem-vindo e desejável para as famílias.

S.
k

Lemos nestes documentos a manutenção da política delineada há mais de uma dezena de anos que não conduz ao desenvolvimento harmonioso de todo o território municipal. Outrossim, não existe uma preocupação em ir mais além nas transferências para as freguesias havendo um pequeno ajustamento.

Obras propaladas aos sete ventos são o caso da Central de Transportes/Intermodal ou a expansão da zona industrial ou remodelação do mercado/prça ou projeto do quartel da GNR não merecem qualquer dotação orçamental ou é residual. Mesmo a mais do que anunciada medicina nuclear vê reduzida a suas verbas e recorro que a evolução que houve no último ano e meio foi a passagem de "Dentro de um ano já será possível realizar exames na Unidade de Medicina Nuclear, cujas obras "estão muitíssimo avançadas", no edifício do antigo Hospital do Fundão", palavra de presidente em 24 de junho de 2021, para o complementar depois o autofinanciamento quando o CHUCB proceder à aquisição do equipamento.

Finalmente, não ser compreensível o recurso a gastos sistemáticos e significativos com contratação de serviços externos.

Esta proposta de orçamento ao nível do investimento aposta basicamente em duas obras, Cine Teatro e Centro de Atração de Empresas, o que permite a leitura de se estar perante um orçamento que mostra um presidente a querer deixar uma marca, mas já sem ambição de outros tempos.

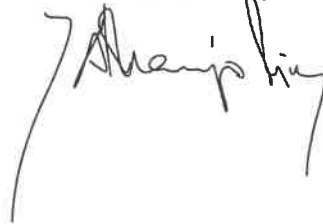
Assim, expressamos a nossa posição de **voto contra**.

Esta declaração de voto vincula todos os membros do Grupo Municipal do Partido Socialista e que estão devidamente identificados na ata.

Fundão 20 de dezembro de 2022

O líder da Bancada do Grupo Municipal do Partido Socialista

José A. M. Pina





Grupo Municipal do PS

Declaração de voto.

Ordem de trabalhos: Apreciação e votação da Proposta – “Aprovação das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para o ano 2023”, nos termos do disposto na alínea d) do nº1 do artº 25º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro.

Como deixamos expresso na intervenção referente ao ponto 2 - documentos previsionais para o ano de 2023 separa-nos no referente à carga fiscal do **IMI** a interpretação de não ser possível ao Município não aplicar as taxas máximas ou proceder a reduções, ainda que com prejuízo evidente para os fundanenses e as famílias em particular, situação que decorre de políticas pouco acauteladas dos anteriores executivos do PSD, uma vez que o Município do Fundão está atualmente abrangido pelo Fundo de Apoio Municipal (FAM) o que o impede de descer os impostos pois está obrigado a maximizar as receitas.

Assim, declaramos a nossa posição de **voto contra**.

Esta declaração de voto vincula todos os membros do Grupo Municipal do Partido Socialista e que estão devidamente identificados na ata.

Fundão 20 de dezembro de 2022

O líder da Bancada do Grupo Municipal do Partido Socialista

José A. M. Pina



Grupo Municipal do PS

k

Declaração de voto.

Ponto 4 da ordem de trabalhos: Apreciação e votação da Proposta - "Aprovação da participação de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do concelho do Fundão" nos termos do disposto na alínea c) do nº1 do art.º 25 da Lei nº75/2013, de 12 de setembro.

O Grupo Municipal do Partido Socialista está e estará sempre a favor de medidas que pretendem estimular e facilitar a fixação de empresas e dos seus trabalhadores, bem como dos seus agregados familiares, no nosso municipal.

Assim, não compreende a insistência na continuidade da manutenção da taxa de participação de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do concelho do Fundão já que evidencia uma falta de solidariedade para com os seus residentes. Uma menor participação seria um benefício bem-vindo, e desejável, para as famílias, neste momento tão delicado e tão difícil que vivemos.

Assim, declaramos a nossa posição de **voto contra**.

Esta declaração de voto vincula todos os membros do Grupo Municipal do Partido Socialista e que estão devidamente identificados na ata.

Fundão 20 de dezembro de 2022

O líder da Bancada do Grupo Municipal do Partido Socialista

José A. M. Pina



Grupo Municipal do PS

K

Declaração de voto.

Ordem de trabalhos: Apreciação e votação da Proposta – “Lançamento para o ano de 2021 da derrama de 1,5% sobre o lucro tributável e não isento de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC)”, nos termos do disposto na alínea d) do nº1 do artº 25º, da Lei nº 75/2013.

Como deixamos exposto na declaração de voto contra à proposta dos documentos provisionais para o ano de 20232 e não prejudicando o conteúdo das intervenções dos Deputados Municipais do Partido Socialista, produzidas no período de análise e discussão, separa-nos no referente à carga fiscal da **Derrama** a interpretação de não ser possível ao Município não aplicar as taxas máximas ou proceder a reduções, ainda que com prejuízo evidente para os fundanenses e as famílias em particular, situação que decorre de políticas pouco acauteladas dos anteriores executivos do PSD, uma vez que o Município do Fundão está atualmente abrangido pelo Fundo de Apoio Municipal (FAM) o que o impede de descer os impostos pois está obrigado a maximizar as receitas.

Assim, declaramos a nossa posição de **voto contra**.

Esta declaração de voto vincula todos os membros do Grupo Municipal do Partido Socialista e que estão devidamente identificados na ata.

Fundão 20 de dezembro de 2022

O líder da Bancada do Grupo Municipal do Partido Socialista

José A. M. Pina



Grupo Municipal do PS

Declaração de voto.

Ponto 9 da ordem de trabalhos: Apreciação e votação da Proposta - "Reconhecimento de interesse municipal da empresa – Beiratoools -Acessórios Industriais, Lda. e aprovação da redução de 50% do IMT" nos termos do disposto na alínea k) da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, com as sucessivas alterações.

O Grupo Municipal do Partido Socialista está e estará sempre a favor de medidas que pretendem estimular e facilitar a fixação de empresas e dos seus trabalhadores, bem como dos seus agregados familiares, no nosso território. Assim, não teríamos qualquer oposição a reconhecer o interesse municipal da empresa supra.

No entanto e como deixamos expresso na intervenção referente ao ponto 2 - documentos previsionais para o ano de 2023 separa-nos no referente à carga fiscal a interpretação de não ser possível ao Município não aplicar as taxas máximas ou proceder a reduções, ainda que com prejuízo evidente para os fundanenses, situação que decorre de políticas pouco acauteladas dos anteriores executivos do PSD, uma vez que o Município do Fundão está atualmente abrangido pelo Fundo de Apoio Municipal (FAM) o que o impede de descer os impostos pois está obrigado a maximizar as receitas.

Assim, declaramos a nossa posição de **voto contra**.

Esta declaração de voto vincula todos os membros do Grupo Municipal do Partido Socialista e que estão devidamente identificados na ata.

Fundão 20 de dezembro de 2022

O líder da Bancada do Grupo Municipal do Partido Socialista

José A. M. Pina